



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

## TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

[Termo de Referência Obras e Serviços de Engenharia](#)

(ATUALIZADO EM DEZEMBRO DE 2023)

(Processo Administrativo nº 0010056-62.2023.4.01.8006)

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, visando a elaboração dos projetos básicos e executivos para a substituição do atual sistema de climatização dos Edifícios da Seção Judiciária de Goiás, em Goiânia, por um sistema moderno e eficiente, incluindo controle de temperatura individual dos equipamentos por ambiente, renovação de ar exterior, exaustão mecânica e ventilação dos ambientes que não possibilitem ventilação natural, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	A contratação contemplará a elaboração de projeto básico e executivo, incluindo orçamentação à futura contratação e execução da substituição do sistema de ar condicionado dos Edifícios Sede e Anexo da Seção Judiciária de Goiás, em Goiânia, com área aproximada de <b>10.040,00 m²</b> .	477	SVO	1	<b>R\$ 145.065,79</b>

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **6 meses** com início previsto para 01/04/2024, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. A proposta deverá conter todas as informações do responsável pela assinatura do futuro contrato, bem como, procuração ou documento hábil que lhe confere poderes para tanto, se couber;

1.5.1. O futuro contrato será assinado na forma eletrônica e a pessoa física que irá assinar o contrato terá o prazo de **até 5 (cinco) dias, contados da data da adjudicação do Pregão Eletrônico**, para providenciar o cadastro, conforme orientações abaixo:

a) acessar o link [SEI Acesso para Usuários Externos](#), clicar "*Clique aqui para se Cadastrar*" seguir as orientações e enviar os documentos;

b) em seguida, o usuário receberá um e-mail (endereço informado no cadastro) automático do sistema com informações para ativação do referido cadastro. Para tanto, será necessário enviar a documentação **completa** requerida e na forma solicitada;

c) o acesso será liberado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo de extrema importância o

envio de toda a documentação, caso contrário, ao tentar acessar o sistema, aparecerá mensagem de '*Cadastro do usuário pendente*';

d) uma vez ativado o acesso ao sistema, o signatário poderá assinar todos os documentos disponibilizados pela Administração, que enviará e-mail informando a liberação para assinatura;

e) as dúvidas poderão ser dirimidas pelo e-mail **secon.go@trf1.jus.br**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 janeiro de 2010, os projetos deverão implementar critérios de sustentabilidade e acatar as seguintes orientações, descritas abaixo:

4.1.1. Observância da Instrução Normativa SLTI/MP nº2, de 04 de julho de 2014, que estabelece que os projetos de edificações públicas federais novas devem ser obrigatoriamente desenvolvidos de modo a obter a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) Geral de Projeto classe "A";

4.1.2. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre resíduos sólidos;

4.1.3. Especificar, nos projetos e demais partes, materiais e equipamentos que visam garantir a economia da manutenção, a operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e de água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzem o impacto ambiental;

4.1.4. Atender aos normativos Decreto Federal nº 7.746/2012, Instrução Normativa-IN nº 01/2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG, Resolução do Conselho Nacional de Justiça-CNJ nº 400/2021, a Resolução Presi 10/2021 - que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região, o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal-CJF e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

4.1.5. Deverão ser obedecidos todos os critérios condicionantes consignados na Resolução - RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da ANVISA, que dispõe sobre os padrões referenciais de qualidade do ar interno em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, bem como na Portaria 3.523, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, que trata da qualidade do ar de interiores em ambientes climatizados;

### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões a seguir expostas:

4.3.1. Para a execução do serviço não será necessário o fornecimento de mão de obra exclusiva e, por consequência, a Administração fica isenta de fiscalização acerca de descumprimento das obrigações

de natureza trabalhista e previdenciária pelo executor do serviço, não sendo, portanto, necessário garantia para execução para reembolso de prejuízos advindos dessas verbas à Administração;

4.3.2. Os custos suportados pela Administração para a execução do serviço não é de grande vulto, não se demonstrando necessária garantia para assegurar danos de grande impacto em caso de inexecução do objeto,

4.3.3. Em caso de aplicação de multa, o valor devido poderá ser cobrado por meios de outros mecanismos legais.

4.3.4. Somando às justificativas acima elencadas, a exigência de garantia se mostra como uma obrigação que poderá onerar o valor final obtido na Licitação, tendo em vista que o fornecimento das modalidades previstas na Lei n. 14.133/2021 gera custo para o executor do serviço.

### **Garantia adicional**

4.4. Caso a proposta vencedora for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida **garantia adicional prevista no artigo 59, § 5º da Lei n. 14.133/2021**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis na mesma legislação, conforme exemplo abaixo:

- Valor orçado pela Administração **R\$ 145.065,79**
- Valor da proposta vencedora R\$ 116.052,63
- 85% do valor orçado pela Administração R\$ 123.305,92
- Diferença entre 85% e proposta vencedora  $R\$ 123.305,92 - R\$ 116.052,63 = R\$ 7.253,29$  será o valor da garantia.

### **Vistoria**

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa para o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.5.1. O agendamento pelo telefone (62) 3226-1648 com os engenheiros Joaquim Paulino, Janaína Araújo e Lourival Júnio (Seção de Engenharia-Seeng), de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 18:00, ou pelo e-mail [seeng.go@trfl.jus.br](mailto:seeng.go@trfl.jus.br) de segunda à sexta-feira, das das 12:00 às 18:00.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em 01 (um) dia útil, a contar da data estabelecida na Ordem de Execução de Serviço.

5.1.2. As soluções propostas devem ser analisadas e verificadas quanto a eventuais conflitos das instalações com as demais disciplinas (Arquitetura, Elétrica, Hidráulica, Eletrônica, etc.). Os projetos deverão ser compostos por elementos gráficos e textuais, conforme necessidades e de acordo com o consignado nos incisos XXV e XXVI do art. 6º da Lei 14.133/2021.

### **5.1.3. A CONTRATADA obedecerá as seguintes etapas:**

#### **5.1.3.1. Reunião Inicial**

5.1.3.1.1. A CONTRATADA deverá participar da Reunião Presencial, na Sede da Justiça Federal de Goiás, em Goiânia, entre o CONTRATANTE (membros da Gestão e Fiscalização) e o (a) representante legal da empresa e responsável técnico do contrato), para definir a data de emissão da Ordem de Serviço e discussão/definição de assuntos relacionados à perfeita execução dos serviços contratado, tais como: locais para instalação de unidades condensadoras, caixas ventiladoras, captação de ar exterior, alimentação elétrica, descida das tubulações de drenagem de condensado, entre outros.

#### **5.1.3.2. Cadastramento e Estudos Preliminares**

5.1.3.2.1. Deverá ser realizada verificação das instalações existentes, tais como equipamentos de ar condicionado central, aparelhos de ar condicionado tipo *Split System*, suas respectivas instalações elétricas e redes de drenagem de condensado, abrangendo toda a área afetada diretamente ou indiretamente pela obra.

5.1.3.2.2. Durante a etapa de desenvolvimento dos projetos, a CONTRATADA deverá verificar as interferências da solução proposta sobre as demais instalações e sistemas existentes. Ficará, ainda, responsável por documentar todas essas interferências no Cadastramento e propor remanejamentos, desvios ou relocações, de modo a mitigar as interferências, com o objetivo e causar o menor impacto possível.

5.1.3.2.3. Deverão ser elaborados, no mínimo, os documentos relacionados abaixo:

- Relatórios comparativos sobre os sistemas e materiais a serem utilizados;
- Relatórios sobre os materiais a serem utilizados, com os custos comparativos e benefícios.
- Análise dos projetos, estruturas e condições existentes para elaboração de estudo prévio da relação custo/benefício do melhor sistema a ser implantando, levando em consideração as peculiaridades dos Edifícios da SJGO, tais como: consumo energético, tipologia construtiva, custo de implantação, economicidade, manutenção, etc;
- Indicação do sistema a ser projetado, incluindo justificativas e cálculos que demonstrem a melhor viabilidade técnica e econômica;
- Comparativo de custos de implantação entre os sistemas sugeridos;
- Comparativo de custos de consumo/ manutenção entre os sistemas sugeridos;
- Os comparativos de custos podem ser feitos considerando contratações similares de outros órgãos públicos no estado de Goiás;
- Os estudos preliminares deverão ser entregues em formato editável compatível com software Microsoft Word, bem como em arquivo digital convertido em PDF.

#### **5.1.3.3. Anteprojeto**

5.1.3.3.1. A CONTRATADA deverá elaborar estudos e projetos prévios com a finalidade de apresentação do escopo inicial para apreciação da CONTRATANTE, de acordo com as diretrizes abaixo:

- Vistoria da edificação para coleta de dados das necessidades da CONTRATANTE, bem como para dimensionamento do sistema, carga térmica, dentre outros necessários para a elaboração do projeto;
- Definição das premissas de cálculo da Carga Térmica;
- Elaboração do Memorial de Cálculo da Carga Térmica com determinação das cargas térmicas efetivas “em pico” e “simultâneas” do sistema por ambientes;
- Elaboração de anteprojeto com localização das máquinas (evaporadoras, condensadoras, caixas ventiladoras, unidades de tratamento de ar, etc.), inclusive o percurso das tubulações e rede de dutos, conforme cálculos apresentados;
- A CONTRATANTE analisará os dados e desenhos preliminares elaborados pela CONTRATADA e, caso necessário, solicitará alterações para melhor adequação das

necessidades;

- A CONTRATANTE deverá realizar as modificações que porventura sejam solicitadas e entregá-las na etapa subsequente de elaboração dos projetos.

#### **5.1.3.4. Projeto Básico e Projeto Executivo**

5.1.3.4.1. O projeto de climatização (instalações de ar condicionado e ventilação mecânica) deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas (NBR 16401-1, 2 e 3: 2008, NBR 7541:2004, ABNT NBR 15848:2010, NBR 15627-1:2008, NBR 15848:2010, NBR 15960:2011, NBR 15976:2011, NBR 16235:2013, NBR 13971:2014, NBR 14679:2012, NBR-6401-ABNT e demais normas pertinentes à refrigeração, ventilação, eficiência energética e qualidade do ar em edificações de uso coletivo. Além disso, deverá obedecer todos os critérios condicionantes estabelecidos pela Resolução - RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da ANVISA, que dispõe sobre os padrões referenciais de qualidade do ar interno em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, bem como pela Portaria 3.523, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, que trata da qualidade do ar de interiores em ambientes climatizados.

5.1.3.4.2. O projeto básico terá como objetivo consolidar a solução, caracterizando de maneira geral e definitiva a configuração das instalações dos equipamentos de ar condicionado e ventilação mecânica, rede de distribuição de ar e de drenagem de condensado, bem como das respectivas instalações elétricas.

5.1.3.4.3. O Projeto Executivo deverá apresentar conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes, conforme o consignado no art. 6º, inciso XXVI, da Lei 14.133/2021.

5.1.3.4.4. Ademais, a CONTRATADA deverá seguir, no mínimo, os requisitos abaixo:

- Elaboração dos projetos executivos de climatização, conforme as premissas de cálculos e dimensionamentos, mostrando localização de todos os componentes do sistema de refrigeração (evaporadoras, condensadoras, drenos, tubulações de cobre, registros, rede de dutos, caixas ventiladoras, unidades de tratamento de ar, instalações elétricas, etc.), inclusive legendas e quantitativos;
- Os projetos deverão ser elaborados considerando a execução da obra em MÓDULOS, divididos por ANDAR, de forma que a obra possa ser contratada por etapas, permitindo a execução, medição e pagamento por etapas/pavimentos independentes;
- Os projetos não deverão considerar o aproveitamento integral das casas de máquinas atuais para a instalação do novo sistema;
- Os projetos deverão considerar que a substituição do sistema ocorrerá com o prédio em funcionamento;
- Listagem das áreas que serão climatizadas e ventiladas com informações de capacidades térmicas sensíveis e latentes, de vazões de ar de insuflamento de renovação, de condições de entrada e saída do ar das serpentinas.
- Memorial Descritivo, incluindo:
  1. Especificações técnicas detalhadas de cada item e serviços da planilha de formação de preços, levando em consideração todos os aspectos particulares dos prédios da SJGO;
  2. Descrição da metodologia de medição, indicando a unidade (metro, metro quadrado, metro cúbico, kg, hora, unidade, etc.);
  3. Descrição dos critérios de aceitação, indicando quais testes devem ser realizados para comprovar a correta instalação, ou quais os aspectos o serviço deve apresentar para ser aceite para medição;
  4. Deverão ser estabelecidos os cronogramas das atividades para cada etapa de

- execução, levando em consideração as dificuldades do local e outros aspectos peculiares;
5. Descrição dos serviços de remoção dos equipamentos e instalações existentes;
  6. Além dos descritivos dos materiais e serviços a serem efetuados para a correta instalação e funcionamento, deverão ser apresentados os seguintes anexos:
    - Memorial de cálculo de Carga Térmica;
    - Memorial de cálculo quantitativo de maquinários por andar/ setores/ ambientes, em forma de tabela / planilha;
    - Memorial de cálculo de tubulações (cobre e drenos), por andar/ setores/ ambientes, em forma de tabela / planilha;
    - Memorial de cálculo do dimensionamento da rede de dutos.
- Definição dos pesos e dimensões dos equipamentos para o sistema proposto;
  - Definição de compartimentos, alçapões de acesso, espaços técnicos e acessos aos equipamentos;
  - Detalhamento da(s) casa(s) de máquinas e/ou setores técnicos, indicando cortes, aberturas nas paredes, piso e teto, ralos, pontos de água, pontos de alimentação elétrica e detalhes construtivos destinados ao bom funcionamento do sistema de ar condicionado considerado;
  - Elaboração de diagramas de alimentação elétrica, comando e controle dos equipamentos de climatização;
  - Elaboração dos desenhos do layout dos quadros de força, comando e controle do sistema de ar condicionado e ventilação mecânica, com a listagem dos componentes elétricos e dos acessórios;
  - Elaboração das plantas baixas das instalações do sistema de ar condicionado e da ventilação mecânica;
  - Elaboração dos fluxogramas de operação e controle do ar condicionado e da ventilação mecânica;
  - Elaboração de plantas específicas de marcação de aberturas, passagens e furos em lajes, paredes e estruturas metálicas;
  - Elaboração de plantas baixas com as marcações e especificações de suportes de montagem/fixação das redes de dutos, de elétrica e de tubulações; e
  - Indicação em planta das:
    1. Unidades condensadoras;
    2. Unidades evaporadoras;
    3. Redes frigorígenas;
    4. Esquemas elétricos;
    5. Sistema de controle;
    6. Rede de drenos;
    7. Rede de dutos, grelhas, difusores etc.
    8. Demais elementos, materiais e acessórios necessários à perfeita instalação dos sistemas solicitados, de forma a entregá-los prontos, instalados e em perfeitas condições de acabamento e funcionamento, conforme discriminação básica de serviços descritos neste instrumento. Deve ser fornecido juntamente com o sistema de ar condicionado, painel elétrico para provimento de energia elétrica para todas as cargas do sistema de ventilação e ar condicionado.

#### **5.1.3.5. Orçamentos e Levantamentos**

5.1.3.5.1. Nesta etapa, deverão ser fornecidos todos os custos de insumos, equipamentos e serviços necessários para a contratação da obra por PAVIMENTO, sendo no mínimo:

- Orçamentos Analíticos e Sintéticos (Completo);

1. Deverão ser apresentadas as planilhas desonerada e não desonerada;

2. Deverá ser apresentada declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes das referidas planilhas com os quantitativos do projeto. Além disso, deve constar a informação de que será adotada a planilha de menor valor, ou seja, desonerada ou não desonerada;
3. As planilhas deverão ser entregues em formato compatível com software Microsoft Excel, bem como em arquivo digital convertido em PDF;
4. Deverá constar nas planilhas todos os serviços necessários à remoção dos equipamentos atualmente instalados;
5. As planilhas deverão ser entregues em formato compatível com software Microsoft Excel, bem como em arquivo digital convertido em PDF.

- Curva ABC de insumos e serviços;
- Planilha de BDI;

1. Para o BDI dos serviços, adotar o ISS de 3% para a cidade de Goiânia-GO;
2. Adotar o BDI para equipamentos.

- Cronograma Físico-Financeiro;
- Caderno de Preços (SINAPI, ORSE, GOINFRA, entre outras tabelas oficiais) e de Pesquisas de Mercado;
- Caderno de Preços (SINAPI, ORSE etc.) e de Pesquisas de Mercado;
- Composição dos Encargos Sociais;
- Memoriais de Cálculo.

#### 5.1.3.6. Documentos Complementares

- RT - Anotações de Responsabilidade Técnica referente a todo os documentos material elaborados;
- Termo de Justificativas Técnicas Relevantes, conforme modelo da AGU ([Modelos da Lei nº 14.133/21 para pregão e concorrência — Advocacia-Geral da União \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)).

5.1.4. Cronograma de realização dos serviços está previsto no Anexo III deste instrumento.

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.2.1. O prazo estimado para execução é de **4 meses** a contar da data estabelecida na ordem de serviço.

5.2.2. Os edifícios, objetos da contratação, possuem área bruta de 17.146,54 m<sup>2</sup>, totalizando aproximadamente 10.040,00 m<sup>2</sup> de área computável para fins de climatização (conforme apresentado abaixo), visto que foram excluídos setores como: banheiros, copas, escadarias, casas de máquinas, entre outros.

Edifício	Área Bruta [m <sup>2</sup> ]	Área Líquida para Climatização [m <sup>2</sup> ]
Sede	12.243,00	7.000,00
Anexo	1.890,00	1.240,00
Gama Dias	3.013,54	1.800,00
<b>Total</b>	<b>17.146,54</b>	<b>10.040,00</b>

5.2.3. As diretrizes para elaboração do projeto estão dispostas no subitem 5.1 e nos anexos deste

instrumento.

5.2.4. A CONTRATADA será responsável pela elaboração dos projetos para a substituição do sistema de climatização atualmente instalado, o que contempla a retirada dos equipamentos e componentes existentes (*self containeds*, redes de dutos, dentro das casas de máquinas, *dampers*, instalações elétricas etc.) e a instalação do novo sistema, que deverá contemplar, de forma geral, os ambientes constantes nos desenhos e plantas, anexas ao edital do certame.

5.2.5. Deverá ser prevista a execução de toda a infraestrutura elétrica e eletrônica para alimentação e automação do sistema, possibilitando a sua operação e controle de forma automática.

5.2.6. A plataforma em que serão desenvolvidos os projetos deverá ser BIM - *Building Information Modeling*, compatível com as definições e requisitos da ISO/PAS 16739 e em conformidade com o padrão IFC 4, e os softwares primordialmente da Autodesk, que são os utilizados pelo TRF1, como o REVIT para projetos de arquitetura e o NavisWorks para análise, verificação de interferências, quantificação e emissão de relatórios da *Clash Detection* (detecção de interferências), planejamento da execução da obra, acompanhamento da obra.

- Os projetos de instalações deverão ser produzidos em softwares disponíveis no mercado brasileiro com a capacidade de gerar arquivos em padrão aberto IFC;
- No modelo BIM deverão ser incluídos atributos para permitir: (a) geração de documentação de projeto e de obra; (b) extração de quantitativos; (c) especificações para compras; (d) quantificação de materiais, equipamentos e serviços e composição de preços unitários para a orçamentação da obra; e (e) visualização.
- A CONTRATADA deverá desenvolver modelo de padronização de apresentação de projetos, incluindo o desenvolvimento do padrão de representação gráfica tridimensional pelo sistema BIM (*Building Information Modeling*), criando modelos padrão para cada disciplina onde constarão templates, carimbos, tamanhos de pranchas, etc;
- Os elementos tridimensionais necessários para a elaboração dos projetos, cujo bloco ou família não esteja presente no ARQUIVO BIM ou disponíveis na Internet, deverão ser, obrigatoriamente, desenvolvidos pela contratada e estes deverão possuir geometria e atributos fidedignos que caracterizem o objeto a ser criado como dimensões, materiais, cor, textura etc;
- Todos os elementos de Famílias/Blocos deverão conter os parâmetros e informações necessárias para criação das tabelas de quantitativos;
- A Representação Gráfica deverá conter todas as disciplinas envolvidas. Cada etapa de obra proposta será, obrigatoriamente, desenvolvida tridimensionalmente pelo sistema *Building Information Modeling* - BIM (Modelagem de Informação da Construção), utilizando software de arquitetura compatível com o utilizado pelo CONTRATANTE, que garanta a compatibilidade do modelo 3D com a plataforma Autodesk Revit, possibilitando a abertura, visualização e edição de geometria e dados (valores dos parâmetros) da arquitetura em softwares desta plataforma, sem perdas ou distorções de informações, respeitando uma única versão, e este deverá incorporar também a modelagem tridimensional de todas as disciplinas, de forma a possibilitar o compartilhamento entre arquivos dentro de um conceito de *workset* (trabalho em equipe sobre mesmo arquivo BIM), bem como permitir a verificação de interferências entre elas no ambiente da plataforma de modelagem;
- Será criado neste processo um arquivo, em modelo BIM, para cada disciplina. Os modelos obrigatórios são:
  - Arquivo Modelo de Instalações Mecânicas, Elétricas e Hidráulicas, integrados ao projeto Arquitetônico;
  - Arquivo Modelo de Coordenação e Compatibilização.



- Todos os Arquivos modelos BIM entregues deverão respeitar os seguintes critérios:
  - Os Modelos devem permitir a interoperabilidade das disciplinas no ambiente da plataforma de modelagem;
- Os elementos tridimensionais necessários para a elaboração dos projetos deverão ser, obrigatoriamente, desenvolvidos pela CONTRATADA, devendo possuir características físicas e funcionais fidedignas com o objeto a ser criado, incluindo a composição completa com todos os insumos que fazem parte de cada elemento construtivo e que contenham as informações necessárias para quantificação, orçamentação, execução e medição dos insumos de cada elemento;
- Os *templates* dos arquivos BIM deverão conter as seguintes informações completas, claras e detalhadas, dos materiais, equipamentos e serviços inseridas na fase de projeto: indicação de qualidade, quantidade, medida, unidade de medida, cor, formato, acabamento e, sempre que cabível, acessórios, capacidade, potência, consumo, composição, resistência, precisão, rendimento, durabilidade, segurança, funcionalidade, acompanhamento tecnológico, compatibilidade de especificações técnicas, compatibilidade de especificações de desempenho, padronização, adoção de normas técnicas de saúde, observância de leis e atos normativos que regulam o fornecimento dos bens, prazo de garantia, ergonomia, condições de manutenção, condições de assistência técnica, forma de armazenamento, procedimentos e métodos de execução de acordo com as normas pertinentes e com as recomendações dos fabricantes, critérios de sustentabilidade ambiental, código da referência de preço SINAPI ou outra customizada;
- Os *templates* dos arquivos BIM deverão permitir atualizações e acréscimos de informações futuras como: a marca do produto, os dados do fornecedor do produto, o número da nota fiscal, a data da nota fiscal, contatos da assistência técnica, condições de assistência técnica, tempo de vida útil dos produtos, plano de manutenção preventiva, plano de manutenção corretiva, manuais de instruções, manuais de manutenção de modo que possam ser utilizadas na interface do modelo com software de gerenciamento de edificação compatível com o REVIT;
- A CONTRATADA deverá fornecer os arquivos originais desenvolvidos na concepção;
- Elementos, qualquer deles, mecânicos, hidráulicos, elétricos ou construtivos, também deverão estar modelados tridimensionalmente e incorporados ao ARQUIVO BIM;
- O ARQUIVO BIM deverá conter ao menos três tabelas: a de ambientes com as respectivas áreas úteis, a de acabamentos, e a de elementos e componentes;
- Todos os quantitativos deverão ser extraídos das informações contidas no modelo BIM, usando recursos de quantificação do software de modelagem;

#### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.3. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.4. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução

será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à

autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### Do recebimento

7.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até **15 (quinze) dias corridos** após a entrega da documentação referente ao objeto, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

(Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.3.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até dez dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *INCC* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito *não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020*, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo .MENOR PREÇO.

### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de

avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

### **Exigências de habilitação**

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**



8.20. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.22. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnica**

8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.28.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.29. Registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou ao CAU, em plena validade. Caso a licitante tenha sede em outro Estado, deverá possuir visto do Conselho de Classe local quando da assinatura do contrato;

8.30. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.31. Apresentação dos profissionais abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicados:

8.31.1. Engenheiro Mecânico: elaboração de projetos de sistemas centrais VRF/VRV e ventilação mecânica;

- Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA comprovando a elaboração de Projeto de Sistemas Centrais de Ar Condicionado e Ventilação Mecânica, em edificação comercial ou pública.

8.31.2. Técnico em Edificações: Projetos de rede hidráulica para drenagem de condensado de sistemas de ar condicionado.

8.31.3. Técnico em Eletrotécnica: elaboração de projetos de instalações elétricas para sistemas centrais de ar condicionado.

8.31.4. Desenhista projetista: elaboração de projetos de sistemas de ar condicionado e ventilação mecânica.

8.32. Os profissionais indicados na forma supra deverão participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da



apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.34. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas (ou seja, serão admitidos atestados que comprovem a execução de contratos com características equivalentes, semelhantes ou superiores às características citadas abaixo):

8.34.1. apresentar pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que elaborou projeto básico completo ou executivo para edificações compatíveis, no mínimo, em características e com área climatizada igual ou superior a 5.000,00 m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados) utilizando a estratégia Building Information Modelling, conforme Decreto Federal nº 9.983 de 22 de agosto de 2019.

8.34.1.1. O(s) atestado(s) de capacidade técnica solicitado(s) deverá (ão) comprovar a execução dos seguintes itens de projeto:

- o Projeto básico completo e executivo de elaboração de projetos de sistemas centrais VRF/VRV e ventilação mecânica;
- o Orçamento completo da obra

8.34.1.2. A exigência de até 50% da quantidade da área a ser climatizada que se pretende contratar é devida à complexidade do objeto, tendo em vista as características dos edifícios e instalações existentes. Além disso, encontra amparo legal no artigo 67, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021 e no [ACÓRDÃO N. 2924/2019 - TCU - PLENÁRIO](#).

8.35. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.35.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.35.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.36. Para fins de **qualificação técnico-profissional**, deverão ser apresentados:

- Comprovante(s) de registro do(s) profissional(is) no conselho competente, demonstrando que é detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, para fins de contratação, conforme consignado no inciso I do artigo 67 da Lei Lei n.º 14.133/2021.

8.37. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima indicados deverão ter vínculo profissional com a empresa;

- Para fins deste Termo, o vínculo do profissional pode ser demonstrado da seguinte maneira:
  - sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
  - administrador ou o diretor;
  - empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social;
  - profissional com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 145.065,79 (cento e quarenta e cinco mil sessenta e**

cinco reais e setenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na *no Anexo II*.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta do orçamento da União, através do Programa de Trabalho 021220033219Z6012 - Conservação e Recuperação de Ativos da Justiça Federal da 1ª Região, Plano Orçamentário 0011 - Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Goiás, Natureza da Despesa 4.4.90.51 (Obras e Instalações).

## 11. INFORMAÇÕES

11.1. As dúvidas e informações acerca do processo de contratação dos serviços devem ser dirimidas pelo e-mail: selit.go@trfl.jus.br

11.2. As dúvidas, informações e especificações acerca do objeto do contrato devem ser dirimidas pelo e-mail: seeng.go@trfl.jus.br

Este Termo de Referência classifica-se como documento de interesse público, podendo ser acessado seu inteiro teor nos sites [www.jfgo.jus.br](http://www.jfgo.jus.br) em [www.compranest.gov.br](http://www.compranest.gov.br) por todos os interessados nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

### Nome e assinatura do responsável pela elaboração da minuta de Termo de Referência:

Responsável pela elaboração: Nágella Mendes de Queiróz - GO80534

Responsável pela Conferência: Soraya Maria Leal Yoshioka - GO58703

## ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP COMPLETO - 19909037

(para contratação de bens permanentes e de consumo, serviços em geral, obras e serviços de engenharia por licitação)

*Guia de suporte ao preenchimento do ETP: 17056610*

ID (PAC):

### A. Descrição sucinta do objeto

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, visando a elaboração dos projetos básicos e executivos para a substituição do atual sistema de climatização dos Edifícios da Seção Judiciária de Goiás, em Goiânia, por um sistema moderno e eficiente, incluindo controle de temperatura individual dos equipamentos por ambiente, renovação de ar exterior, exaustão mecânica e ventilação dos ambientes que não possibilitem ventilação natural.

Ramo de atividade (CNAE): 7112-0/00

CATSER: 477

Código SIASG: 78

## **B. Justificativa expressa para a contratação**

### **A contratação é necessária para/porque** *(expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação)*

O atual sistema central de ar condicionado do Edifício Sede da Seção Judiciária de Goiás foi instalado há mais de 25 anos. O sistema é composto por *self-containeds*, instaladas em casas de máquinas em cada andar, sendo que o ar é distribuído através de rede de dutos e difusores. Constantemente ocorrem problemas nos equipamentos, inclusive com ineficiência para a climatização das áreas, o que gera muitas reclamações por parte dos servidores e magistrados. Devido o tempo de operação, o sistema é considerado obsoleto, pouco eficiente do ponto de vista da climatização, e com alto consumo de energia elétrica. Além disso, não possui sistema de renovação de ar, o que contraria a legislação vigente.

Pela insuficiência da capacidade de climatização do sistema atual, como medida para proporcionar conforto térmico aos usuários, ao longo dos últimos anos, foi necessária a instalação de aparelhos de ar condicionado tipo *split system* - mais de 130 (cento e trinta) máquinas estão instaladas nos Edifícios Sede/Anexo - que operam em conjunto com as centrais de ar.

No caso do Edifício Gama Dias, encontram-se instalados 73 (setenta e três) aparelhos de ar condicionado tipo *split system*, sendo que a maioria já não tem rendimento para climatizar o ambientes. Além disso, alguns equipamentos estão subdimensionados, o que gera um número elevado de reclamações por parte dos servidores e magistrados devido ao desconforto térmico.

Diante do exposto, pretende-se a contratação de pessoa jurídica para elaboração de um projeto de climatização para substituição dos equipamentos atuais por um sistema moderno e eficiente, seja na sua climatização, seja no consumo de energia elétrica, como também propicie maior qualidade do ar nos ambientes e atenta a legislação vigente.

O projeto de climatização (instalações de ar condicionado e ventilação mecânica) será executado em conformidade com as normas técnicas da ABNT NBR e demais normas pertinentes à climatização, ventilação, eficiência energética e qualidade do ar interior. Além disso, encontra amparo legal na Resolução - RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da ANVISA, que dispõe sobre os padrões referenciais de qualidade do ar interno em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, bem como na Portaria 3.523, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, que trata da qualidade do ar de interiores em ambientes climatizados.

Diante do exposto, a ação será feita através de contratação de projetos, apresentados com a melhor solução técnica e economia possível, descrevendo todas as etapas, de tal forma que a execução e a fiscalização dos serviços, posteriormente, poderão ser contratadas de maneira satisfatória e com resultados aptos a atender a todos os usuários da edificação, de forma eficiente e legal.

**A não contratação implicará** (*expor as consequências advindas da não contratação*)

A não contratação do objeto pretendido poderá acarretar os seguintes riscos e consequências:

- Continuidade do sistema de climatização atual, que é antigo e tem baixa eficiência, visto que consome muita energia elétrica para climatizar precariamente os ambientes;
- Necessidade de sistemas complementares autônomos, *split system* para suprir a deficiência de climatização, aumentando ainda mais o consumo de energia elétrica.

**C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais**

O objeto em questão não consta no Plano Anual de Contratações 2023 (16875743), processo administrativo n. 0004515-82.2022.4.01.8006, mas teve sua inclusão autorizada no documento 19459784.

**D. Proposta de solução**

**D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado**

Solução nº	Descrição das alternativas de solução disponíveis no mercado	Fontes de consulta  (órgãos públicos que adotaram a solução, fornecedores etc.)	Link das consultas  (doc. SEI)

Não se aplica à ação em tela.

A elaboração dos projetos é requisito básico para a execução dos serviços, pois se constituem como peças elaboradas pela CONTRATADA, com a inclusão de estudos comparativos sobre os sistemas a serem utilizados, os equipamentos e materiais a serem empregados, com os respectivos benefícios, bem como o estudo de viabilidade do investimento.

Por fim, é a contratação dos projetos que indicará elementos e alternativas de soluções disponíveis no mercado e que melhor atenderão a modernização pretendida.

**D.2. Estimativa de preços das alternativas de solução**

Todos os custos para a execução do serviço pretendido foram obtidos por meio das tabelas referenciais oficiais (SINAPI, AGETOP etc) e modelagem baseada na publicação do TCU Orientações Para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas - Edição 2014 (fls. 97/101).

O orçamento e seus anexos seguem as diretrizes e orientações da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, do Decreto nº 7.983 de 8 de abril de 2013 e do Art. 9º da Resolução CNJ N. 114/2010.

O valor estimado é de **R\$ 145.065,79 (cento e quarenta e cinco mil, sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos)** e encontra-se apresentado nos Anexos I e II - Planilha Orçamentária Completa (19610948 e 19611708).

**D.3. Razões da escolha da melhor solução** (justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)

Não se aplica à ação em tela.

Há apenas uma única solução a ser adotada, já que a elaboração dos projetos é requisito básico para a execução dos serviços.

**D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução**

De acordo com o artigo 40 da Lei 14.133/2021, a aplicabilidade do princípio do parcelamento não é absoluta, dependendo da presença de dois requisitos: viabilidade técnica e vantajosidade econômica, conforme consignado nos parágrafos 2º e 3º do referido artigo.

No caso da contratação dos serviços de engenharia visando a elaboração dos projetos do sistema de climatização, do ponto de vista técnico, é mais eficiente quando a execução do objeto é realizada por uma só empresa, visto que possibilita a compatibilidade, padronização e uniformidade dos serviços a serem prestados. Além disso, segundo o inciso I do § 3º do artigo 40, o parcelamento não será adotado quando:

**"I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;**

**II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;**

**III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo".**

Diante do exposto, verifica-se que o parcelamento somente deve ser adotado se não houver prejuízo técnico ou econômico para o órgão que estiver realizando a contratação. Para a presente contratação, a divisão impediria a centralização da responsabilidade de uma única empresa contratada, a qual esta equipe considera adequada para facilitar a verificação de possíveis problemas, das suas causas e da atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado. Ademais, a opção pelo **não parcelamento** do objeto torna a execução mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica por manter a qualidade do serviço, posto que o gerenciamento permanece todo tempo a cargo de um único administrador, permitindo um maior nível de controle na execução da atividade pela Administração, o que garante a harmonia no funcionamento do ambiente operacional, evitando-se incompatibilidades que poderiam advir da contratação individual dos serviços.

Além disso, acaso fossem feitas licitações distintas, além de tornar o custo total da contratação mais

oneroso, poderia representar perda de qualidade, além de gerar dificuldade na atribuição de responsabilidades futuras. Portanto, a opção pelo não parcelamento do objeto decorre de parâmetros técnicos e econômicos.

Desta forma, a opção pelo **não parcelamento** do objeto, nos termos do art. 40, § 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, neste caso, se mostra tecnicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visando, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

Outrossim, a adjudicação pelo critério de **menor preço global** se justifica considerando que os serviços são similares, elaboração dos projetos básicos e executivos do sistema de climatização dos Edifícios Sede, Anexo e Gama Dias, sendo possível definir com clareza os aspectos qualitativos e quantitativos do objeto, possibilitando ao licitante formular sua proposta com precisão adequada. Além disso, serão fiscalizados por uma única unidade administrativa, propiciando economia de escala à SJGO e contribuindo para o princípio da economicidade na Administração Pública, ao permitir que as empresas participantes possam orçar preços menores para a prestação dos serviços que serão realizados, sem restringir a competitividade.

Ademais, há melhor aproveitamento do mercado sem o parcelamento da solução e, conseqüentemente, menores valores quando realizada a contratação conjunta, em atendimento à Súmula 247 do TCU:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispendo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

#### **D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) (somente para bens de natureza divisível)**

A aplicação de cotas não se aplica, uma vez que o objeto possui valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no artigo inciso II, §1º do artigo 4º da Lei 14.133/2021.

### **E. Requisitos da solução escolhida**

#### **E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos (e análise das contratações anteriores)**

##### **Análise das contratações anteriores:**

Recentemente os seguintes processos de natureza semelhante - ao pretendido - foram contratados pela Seccional: (i) elaboração de projeto arquitetônico e complementares - projetos básicos e executivos, incluindo orçamentação - necessários à futura contratação e consecução da reforma dos banheiros e vestiários do Edifício Sede da Seção Judiciária de Goiás (0004728-93.2019.4.01.8006) e (ii) elaboração projetos básicos e executivos de acessibilidade dos Edifícios Sede/Anexo e Gama Dias da Seção Judiciária de Goiás, em Goiânia (0000011-96.2023.4.01.8006). Da análise desses processos

verificou-se que:

a) A experiência e a qualificação técnica dos contratados têm deixado a desejar, executando serviços com baixa qualidade. Essas falhas causam atrasos e retrabalho durante a execução dos serviços. Sendo assim, com o objetivo de selecionar melhores fornecedores, a Administração poderá ser mais exigente quanto aos critérios de qualificação técnica, respeitando, no entanto, os dispositivos da legislação e recomendações do Tribunal de Contas da União.

b) Os processos que contemplam a contratação de serviços comuns de engenharia optam pela não utilização do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, pois esses serviços não são executados de forma continuada e sua duração prevista é sempre curta e limitada, com o pagamento feito através de medições mensais e de acordo com o detalhado nas Planilhas Orçamentárias e no Cronograma Físico-Financeiro.

Cumprе salientar que as planilhas supracitadas detalham quais os serviços serão executados, assim como a quantidade de cada insumo e mão de obra, por conseguinte, através desses instrumentos é possível mensurar aquilo que foi realizado, liquidar e pagar, conforme o andamento dos serviços contratados. No que concerne a qualidade das atividades, todos os anexos de natureza técnica que fazem parte do processo de contratação apresentam elementos que garantem o acompanhamento e a mensuração qualitativa das tarefas, já que eles descrevem a forma como serão realizadas, com o material adequado e o método construtivo apropriado, sendo que todas serão aprovadas apenas se cumprirem aos requisitos descritos nas normas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais órgãos e instituições fiscalizadoras, conforme exigências dessas partes referenciadas.

Posto isso, apreende-se que todos os anexos inseridos são suficientes para a medição dos resultados, não sendo necessária a inserção de IMR, já que as exigências e detalhamentos estão descritos de forma mais clara neles. Ademais, tal documento sugerido pela Minuta da AGU enquadra-se de forma mais satisfatória à prestação de serviços continuados e não de objetos que contemplam a execução de serviços comuns de engenharia. Orienta-se, portanto, a supressão de trechos que fazem referência ao Instrumento de Medição de Resultados.

#### **Requisitos qualitativos:**

- Atender todas as boas práticas executivas, normativas e legislações vigentes, relativas aos serviços contratados;
- A contratação corresponde a serviços comuns de engenharia por ter como objeto ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, sendo uma atividade privativa das profissões de engenheiros ou de técnicos especializados;
- Trata-se de aquisição singela executada somente uma vez durante a confecção dos projetos;
- Deverão ser cumpridas todas as exigências apresentadas na ABNT NBR 16401-1; 16401-2; 16401-3;
- Deverão ser obedecidas todas as normas técnicas da ABNT NBR e demais normas pertinentes à climatização, ventilação, eficiência energética e qualidade do ar interior;
- Deverão ser obedecidos todos os critérios condicionantes consignados na Resolução - RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da ANVISA, que dispõe sobre os padrões referenciais de qualidade do ar interno em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, bem como na Portaria 3.523, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, que trata da qualidade do ar de interiores em ambientes climatizados;
- A contratação pretendida é **restrita a pessoas jurídicas**, já que há a exigência de capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

- Cabe destacar que a execução será desempenhada por múltiplos profissionais, conforme apresentado nos Anexos (19610948 e 19611708), sendo assim, há uma motivação técnica que impede a contratação de pessoas físicas, já que uma só categoria profissional não abarca a competência técnica necessária para a elaboração de todos os projetos e demais partes contratadas.

#### Requisitos quantitativos:

- O serviço terá duração estimada de **04 (quatro) meses**;
  - Início da execução do objeto: em 01 (um) dia útil, a contar da data estabelecida na Ordem de Execução de Serviço.
- O valor estimado é de **R\$ 145.065,79 (cento e quarenta e cinco mil, sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos)** e encontra-se apresentado nos Anexos I e II - Planilha Orçamentária Completa (19610948 e 19611708).
- Os edifícios, objetos da contratação, possuem área bruta de 17.146,54 m<sup>2</sup>, totalizando aproximadamente 10.040,00 m<sup>2</sup> de área computável para fins de climatização (conforme apresentado abaixo), visto que foram excluídos setores como: banheiros, copas, escadarias, casas de máquinas, entre outros.

Edifício	Área Bruta [m <sup>2</sup> ]	Área Líquida para Climatização [m <sup>2</sup> ]
Sede	12.243,00	7.000,00
Anexo	1.890,00	1.240,00
Gama Dias	3.013,54	1.800,00
Total	17.146,54	10.040,00

#### E.2. Critérios de sustentabilidade

***Os itens pretendidos são sustentáveis? Indicar a resposta expressamente para cada item (SIM ou NÃO).***

*Em caso de resposta **afirmativa** para um ou mais itens: indicar os critérios de sustentabilidade adotados para cada item.*

*Em caso de resposta **negativa** para um ou mais itens: justificar o afastamento dos critérios de sustentabilidade para cada item.*



Em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 janeiro de 2010, os projetos deverão implementar critérios de sustentabilidade e acatar as seguintes orientações, descritas abaixo:

- Utilização de lâmpadas de LED e fluorescentes com alto rendimento e eficiência e baixo consumo de energia;
- Utilização de materiais recicláveis e/ou biodegradáveis, reduzindo a necessidade de manutenção;
- Observância da Instrução Normativa SLTI/MP nº2, de 04 de julho de 2014, que estabelece que os projetos de edificações públicas federais novas devem ser obrigatoriamente desenvolvidos de modo a obter a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) Geral de Projeto classe “A”;
- Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre resíduos sólidos;
- Especificar, nos projetos e demais partes, materiais e equipamentos que visam garantir a economia da manutenção, a operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e de água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzem o impacto ambiental;
- Realizar o descarte adequado, conforme o tipo de material, realizando o depósito de insumos em locais apropriados e de forma seletiva, evitando misturas incompatíveis;
- Atender aos normativos Decreto Federal nº 7.746/2012, Instrução Normativa-IN nº 01/2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG, Resolução do Conselho Nacional de Justiça-CNJ nº 400/2021, a Resolução Presi 10/2021 - que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região, o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal-CJF e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU;
- Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

### E.3. Critérios de acessibilidade

Não se aplica à ação em tela.

### E.4. Demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos

Itens	Requisitos mínimos	- Fabricante 1	- Fabricante 2	- Fabricante...	Justificativa
		- Modelo	- Modelo	- Modelo	
		- Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade	- Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade	- Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade	Caso alguma especificação (requisitos mínimos) deva ser mantida, ainda que não atendida por pelo menos três dos fabricantes listados.
		- Fontes de consulta (link SEI)	- Fontes de consulta (link SEI)	- Fontes de consulta (link SEI)	

--	--	--	--	--	--

Não se aplica à ação em tela.

<p><b>F. Descrição da solução como um todo</b></p>
<p><b>F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida</b></p> <p>Os resultados pretendidos deverão atender as exigências apresentadas pelas normas técnicas da ABNT e pela legislação pertinente ao objeto. Além disso, irá proporcionar conforto térmico aos magistrados, servidores, prestadores e jurisdicionados.</p>
<p><b>F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes</b></p> <p>Não se aplica à ação em tela.</p>
<p><b>F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida</b></p> <p>Não se aplica à ação em tela.</p>
<p><b>F.4. Descrição integral da solução</b></p> <p><b>1. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO</b></p> <p>As soluções propostas devem ser analisadas e verificadas quanto a eventuais conflitos das instalações com as demais disciplinas (Arquitetura, Elétrica, Hidráulica, Eletrônica, etc.). Os projetos deverão ser compostos por elementos gráficos e textuais, conforme necessidades e de acordo com o consignado nos incisos XXV e XXVI do art. 6º da Lei 14.133/2021.</p> <p><b>1.1 A CONTRATADA obedecerá as seguintes etapas:</b></p> <p><b>(A) Reunião Inicial</b></p> <p>A CONTRATADA deverá participar da Reunião Presencial, na Sede da Justiça Federal de Goiás, em Goiânia, entre o CONTRATANTE (membros da Gestão e Fiscalização) e o (a) representante legal da empresa e responsável técnico do contrato), para definir a data de emissão da Ordem de Serviço e discussão/definição de assuntos relacionados à perfeita execução dos serviços contratado, tais como: locais para instalação de unidades condensadoras, caixas ventiladoras, captação de ar exterior, alimentação elétrica, descida das tubulações de drenagem de condensado, entre outros.</p>

## **(B) Cadastramento e Estudos Preliminares**

Deverá ser realizada verificação das instalações existentes, tais como equipamentos de ar condicionado central, aparelhos de ar condicionado tipo *Split System*, suas respectivas instalações elétricas e redes de drenagem de condensado, abrangendo toda a área afetada diretamente ou indiretamente pela obra.

Durante a etapa de desenvolvimento dos projetos, a CONTRATADA deverá verificar as interferências da solução proposta sobre as demais instalações e sistemas existentes. Ficará, ainda, responsável por documentar todas essas interferências no Cadastramento e propor remanejamentos, desvios ou relocações, de modo a mitigar as interferências, com o objetivo de causar o menor impacto possível.

Deverão ser elaborados, no mínimo, os documentos relacionados abaixo:

- Relatórios comparativos sobre os sistemas e materiais a serem utilizados;
- Relatórios sobre os materiais a serem utilizados, com os custos comparativos e benefícios.
- Análise dos projetos, estruturas e condições existentes para elaboração de estudo prévio da relação custo/benefício do melhor sistema a ser implantando, levando em consideração as peculiaridades dos Edifícios da SJGO, tais como: consumo energético, tipologia construtiva, custo de implantação, economicidade, manutenção, etc;
- Indicação do sistema a ser projetado, incluindo justificativas e cálculos que demonstrem a melhor viabilidade técnica e econômica;
- Comparativo de custos de implantação entre os sistemas sugeridos;
- Comparativo de custos de consumo/ manutenção entre os sistemas sugeridos;
- Os comparativos de custos podem ser feitos considerando contratações similares de outros órgãos públicos no estado de Goiás;
- Os estudos preliminares deverão ser entregues em formato editável compatível com software Microsoft Word, bem como em arquivo digital convertido em PDF.

## **(C) Anteprojeto**

A CONTRATADA deverá elaborar estudos e projetos prévios com a finalidade de apresentação do escopo inicial para apreciação da CONTRATANTE, de acordo com as diretrizes abaixo:

- Vistoria da edificação para coleta de dados das necessidades da CONTRATANTE, bem como para dimensionamento do sistema, carga térmica, dentre outros necessários para a elaboração do projeto;
- Definição das premissas de cálculo da Carga Térmica;
- Elaboração do Memorial de Cálculo da Carga Térmica com determinação das cargas térmicas efetivas “em pico” e “simultâneas” do sistema por ambientes;
- Elaboração de anteprojeto com localização das máquinas (evaporadoras, condensadoras, caixas ventiladoras, unidades de tratamento de ar, etc.), inclusive o percurso das tubulações e rede de dutos, conforme cálculos apresentados;
- A CONTRATANTE analisará os dados e desenhos preliminares elaborados pela CONTRATADA e, caso necessário, solicitará alterações para melhor adequação das necessidades;
- A CONTRATANTE deverá realizar as modificações que porventura sejam solicitadas e entregá-las na etapa subsequente de elaboração dos projetos.

#### **(D) Projeto Básico e Projeto Executivo**

O projeto de climatização (instalações de ar condicionado e ventilação mecânica) deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas (NBR 16401-1, 2 e 3: 2008, NBR 7541:2004, ABNT NBR 15848:2010, NBR 15627-1:2008, NBR 15848:2010, NBR 15960:2011, NBR 15976:2011, NBR 16235:2013, NBR 13971:2014, NBR 14679:2012, NBR-6401-ABNT e demais normas pertinentes à refrigeração, ventilação, eficiência energética e qualidade do ar em edificações de uso coletivo. Além disso, deverá obedecer todos os critérios condicionantes estabelecidos pela Resolução - RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da ANVISA, que dispõe sobre os padrões referenciais de qualidade do ar interno em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, bem como pela Portaria 3.523, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, que trata da qualidade do ar de interiores em ambientes climatizados.

O projeto básico terá como objetivo consolidar a solução, caracterizando de maneira geral e definitiva a configuração das instalações dos equipamentos de ar condicionado e ventilação mecânica, rede de distribuição de ar e de drenagem de condensado, bem como das respectivas instalações elétricas.

O Projeto Executivo deverá apresentar conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes, conforme o consignado no art. 6º, inciso XXVI, da Lei 14.133/2021.

Ademais, a CONTRATADA deverá seguir, no mínimo, os requisitos abaixo:

- Elaboração dos projetos executivos de climatização, conforme as premissas de cálculos e dimensionamentos, mostrando localização de todos os componentes do sistema de refrigeração (evaporadoras, condensadoras, drenos, tubulações de cobre, registros, rede de dutos, caixas ventiladoras, unidades de tratamento de ar, instalações elétricas, etc.), inclusive legendas e quantitativos;
- Os projetos deverão ser elaborados considerando a execução da obra em MÓDULOS, divididos por ANDAR, de forma que a obra possa ser contratada por etapas, permitindo a execução, medição e pagamento por etapas/pavimentos independentes;
- Os projetos não deverão considerar o aproveitamento integral das casas de máquinas atuais para a instalação do novo sistema;
- Os projetos deverão considerar que a substituição do sistema ocorrerá com o prédio em funcionamento;
- Listagem das áreas que serão climatizadas e ventiladas com informações de capacidades térmicas sensíveis e latentes, de vazões de ar de insuflamento de renovação, de condições de entrada e saída do ar das serpentinas.
- Memorial Descritivo, incluindo:
  - Especificações técnicas detalhadas de cada item e serviços da planilha de formação de preços, levando em consideração todos os aspectos particulares dos prédios da SJGO;
  - Descrição da metodologia de medição, indicando a unidade (metro, metro quadrado, metro cúbico, kg, hora, unidade, etc.);
  - Descrição dos critérios de aceitação, indicando quais testes devem ser realizados para comprovar a correta instalação, ou quais os aspectos o serviço deve apresentar para ser aceite

para medição;

- Deverão ser estabelecidos os cronogramas das atividades para cada etapa de execução, levando em consideração as dificuldades do local e outros aspectos peculiares;
- Descrição dos serviços de remoção dos equipamentos e instalações existentes;
- Além dos descritivos dos materiais e serviços a serem efetuados para a correta instalação e funcionamento, deverão ser apresentados os seguintes anexos:
  - Memorial de cálculo de Carga Térmica;
  - Memorial de cálculo quantitativo de maquinários por andar/ setores/ ambientes, em forma de tabela / planilha;
  - Memorial de cálculo de tubulações (cobre e drenos), por andar/ setores/ ambientes, em forma de tabela / planilha;
  - Memorial de cálculo do dimensionamento da rede de dutos.
- Definição dos pesos e dimensões dos equipamentos para o sistema proposto;
- Definição de compartimentos, alçapões de acesso, espaços técnicos e acessos aos equipamentos;
- Detalhamento da(s) casa(s) de máquinas e/ou setores técnicos, indicando cortes, aberturas nas paredes, piso e teto, ralos, pontos de água, pontos de alimentação elétrica e detalhes construtivos destinados ao bom funcionamento do sistema de ar condicionado considerado;
- Elaboração de diagramas de alimentação elétrica, comando e controle dos equipamentos de climatização;
- Elaboração dos desenhos do layout dos quadros de força, comando e controle do sistema de ar condicionado e ventilação mecânica, com a listagem dos componentes elétricos e dos acessórios;
- Elaboração das plantas baixas das instalações do sistema de ar condicionado e da ventilação mecânica;
- Elaboração dos fluxogramas de operação e controle do ar condicionado e da ventilação mecânica;
- Elaboração de plantas específicas de marcação de aberturas, passagens e furos em lajes, paredes e estruturas metálicas;
- Elaboração de plantas baixas com as marcações e especificações de suportes de montagem/fixação das redes de dutos, de elétrica e de tubulações; e
- Indicação em planta das:
  - Unidades condensadoras;
  - Unidades evaporadoras;
  - Redes frigorígenas;
  - Esquemas elétricos;
  - Sistema de controle;
  - Rede de drenos;
  - Rede de dutos, grelhas, difusores etc.

- Demais elementos, materiais e acessórios necessários à perfeita instalação dos sistemas solicitados, de forma a entregá-los prontos, instalados e em perfeitas condições de acabamento e funcionamento, conforme discriminação básica de serviços descritos neste instrumento. Deve ser fornecido juntamente com o sistema de ar condicionado, painel elétrico para provimento de energia elétrica para todas as cargas do sistema de ventilação e ar condicionado.

## **(E) Orçamentos e Levantamentos**

Nesta etapa, deverão ser fornecidos todos os custos de insumos, equipamentos e serviços necessários para a contratação da obra por PAVIMENTO, sendo no mínimo:

- Orçamentos Analíticos e Sintéticos (Completo);
  - Deverão ser apresentadas as planilhas desonerada e não desonerada;
  - Deverá ser apresentada declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes das referidas planilhas com os quantitativos do projeto. Além disso, deve constar a informação de que será adotada a planilha de menor valor, ou seja, desonerada ou não desonerada;
  - As planilhas deverão ser entregues em formato compatível com software Microsoft Excel, bem como em arquivo digital convertido em PDF;
  - Deverá constar nas planilhas todos os serviços necessários à remoção dos equipamentos atualmente instalados;
  - As planilhas deverão ser entregues em formato compatível com software Microsoft Excel, bem como em arquivo digital convertido em PDF.
- Curva ABC de insumos e serviços;
- Planilha de BDI;
  - Para o BDI dos serviços, adotar o ISS de 3% para a cidade de Goiânia-GO;
  - Adotar o BDI para equipamentos.
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Caderno de Preços (SINAPI, ORSE, GOINFRA, entre outras tabelas oficiais) e de Pesquisas de Mercado;
- Composição dos Encargos Sociais;
- Memoriais de Cálculo.

## **(F) Documentos Complementares**

- ART - Anotações de Responsabilidade Técnica referente a todos os documentos materiais elaborados;
- Termo de Justificativas Técnicas Relevantes, conforme modelo da AGU ([Modelos da Lei nº 14.133/21 para pregão e concorrência — Advocacia-Geral da União \(www.gov.br\)](#)).

## 1.2. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS QUANTO AO SISTEMA A SER PROJETADO

A CONTRATADA será responsável pela elaboração dos projetos para a substituição do sistema de climatização atualmente instalado, o que contempla a retirada dos equipamentos e componentes existentes (*self containeds*, redes de dutos, dentro das casas de máquinas, *dampers*, instalações elétricas etc.) e a instalação do novo sistema, que deverá contemplar, de forma geral, os ambientes constantes nos desenhos e plantas, anexas ao edital do certame.

O projeto elaborado deve ser perfeitamente integrado e harmonizado com as características arquitetônicas, estruturais e todas as demais instalações.

De forma resumida, a solução adotada deverá ser um sistema centralizado, incluindo renovação de ar (composto basicamente por gabinete de ventilação e/ou unidade de tratamento de ar, rede de dutos, *dampers* e difusores) e sistema de automação.

Deverá ser prevista a execução de toda a infraestrutura elétrica e eletrônica para alimentação e automação do sistema, possibilitando a sua operação e controle de forma automática.

## 1.3. PLATAFORMA DE DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS

A plataforma em que serão desenvolvidos os projetos deverá ser BIM - *Building Information Modeling*, compatível com as definições e requisitos da ISO/PAS 16739 e em conformidade com o padrão IFC 4, e os softwares primordialmente da Autodesk, que são os utilizados pelo TRF1, como o REVIT para projetos de arquitetura e o NavisWorks para análise, verificação de interferências, quantificação e emissão de relatórios da *Clash Detection* (detecção de interferências), planejamento da execução da obra, acompanhamento da obra.

- Os projetos de instalações deverão ser produzidos em softwares disponíveis no mercado brasileiro com a capacidade de gerar arquivos em padrão aberto IFC;
- No modelo BIM deverão ser incluídos atributos para permitir: (a) geração de documentação de projeto e de obra; (b) extração de quantitativos; (c) especificações para compras; (d) quantificação de materiais, equipamentos e serviços e composição de preços unitários para a orçamentação da obra; e (e) visualização.
- A CONTRATADA deverá desenvolver modelo de padronização de apresentação de projetos, incluindo o desenvolvimento do padrão de representação gráfica tridimensional pelo sistema BIM (*Building Information Modeling*), criando modelos padrão para cada disciplina onde constarão templates, carimbos, tamanhos de pranchas, etc;
- Os elementos tridimensionais necessários para a elaboração dos projetos, cujo bloco ou família não esteja presente no ARQUIVO BIM ou disponíveis na Internet, deverão ser, obrigatoriamente, desenvolvidos pela contratada e estes deverão possuir geometria e atributos fidedignos que caracterizem o objeto a ser criado como dimensões, materiais, cor, textura etc;
- Todos os elementos de Famílias/Blocos deverão conter os parâmetros e informações necessárias para criação das tabelas de quantitativos;
- A Representação Gráfica deverá conter todas as disciplinas envolvidas. Cada etapa de obra proposta será, obrigatoriamente, desenvolvida tridimensionalmente pelo sistema *Building Information Modeling* - BIM (Modelagem de Informação da Construção), utilizando software de arquitetura compatível com o utilizado pelo CONTRATANTE, que garanta a compatibilidade do modelo 3D com a plataforma Autodesk Revit, possibilitando a abertura, visualização e edição de geometria e dados (valores dos parâmetros) da arquitetura em softwares desta plataforma, sem perdas ou distorções de informações, respeitando uma única versão, e este deverá incorporar também a modelagem tridimensional de todas as disciplinas, de forma a possibilitar o compartilhamento entre

arquivos dentro de um conceito de *workset* (trabalho em equipe sobre mesmo arquivo BIM), bem como permitir a verificação de interferências entre elas no ambiente da plataforma de modelagem;

- Será criado neste processo um arquivo, em modelo BIM, para cada disciplina. Os modelos obrigatórios são:
  - Arquivo Modelo de Instalações Mecânicas, Elétricas e Hidráulicas, integrados ao projeto Arquitetônico;
  - Arquivo Modelo de Coordenação e Compatibilização.
- Todos os Arquivos modelos BIM entregues deverão respeitar os seguintes critérios:
  - Os Modelos devem permitir a interoperabilidade das disciplinas no ambiente da plataforma de modelagem;
- Os elementos tridimensionais necessários para a elaboração dos projetos deverão ser, obrigatoriamente, desenvolvidos pela CONTRATADA, devendo possuir características físicas e funcionais fidedignas com o objeto a ser criado, incluindo a composição completa com todos os insumos que fazem parte de cada elemento construtivo e que contenham as informações necessárias para quantificação, orçamentação, execução e medição dos insumos de cada elemento;
- Os *templates* dos arquivos BIM deverão conter as seguintes informações completas, claras e detalhadas, dos materiais, equipamentos e serviços inseridas na fase de projeto: indicação de qualidade, quantidade, medida, unidade de medida, cor, formato, acabamento e, sempre que cabível, acessórios, capacidade, potência, consumo, composição, resistência, precisão, rendimento, durabilidade, segurança, funcionalidade, acompanhamento tecnológico, compatibilidade de especificações técnicas, compatibilidade de especificações de desempenho, padronização, adoção de normas técnicas de saúde, observância de leis e atos normativos que regulam o fornecimento dos bens, prazo de garantia, ergonomia, condições de manutenção, condições de assistência técnica, forma de armazenamento, procedimentos e métodos de execução de acordo com as normas pertinentes e com as recomendações dos fabricantes, critérios de sustentabilidade ambiental, código da referência de preço SINAPI ou outra customizada;
- Os *templates* dos arquivos BIM deverão permitir atualizações e acréscimos de informações futuras como: a marca do produto, os dados do fornecedor do produto, o número da nota fiscal, a data da nota fiscal, contatos da assistência técnica, condições de assistência técnica, tempo de vida útil dos produtos, plano de manutenção preventiva, plano de manutenção corretiva, manuais de instruções, manuais de manutenção de modo que possam ser utilizadas na interface do modelo com software de gerenciamento de edificação compatível com o REVIT;
- A CONTRATADA deverá fornecer os arquivos originais desenvolvidos na concepção;
- Elementos, qualquer deles, mecânicos, hidráulicos, elétricos ou construtivos, também deverão estar modelados tridimensionalmente e incorporados ao ARQUIVO BIM;
- O ARQUIVO BIM deverá conter ao menos três tabelas: a de ambientes com as respectivas áreas úteis, a de acabamentos, e a de elementos e componentes;
- Todos os quantitativos deverão ser extraídos das informações contidas no modelo BIM, usando recursos de quantificação do software de modelagem;
- Não será admitida a subcontratação;
- A execução dos serviços deverá observar todas as disposições das Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, estabelecidas pelo Decreto nº 92.100, de 10/12/85, atualizadas através da Portaria nº 2.296, de 23/07/97, doravante denominada simplesmente Práticas da SEAP;



- A Contratada será responsável por realizar toda a conferência *in loco* das medidas, dos ambientes, bem como de prováveis intervenções que afetem as soluções propostas;
  - Essa obrigação inclui, caso necessário, a realização de um levantamento arquitetônico, locação de elementos estruturais, equipamentos existentes e demais elementos que compõem a edificação;
  - Será indispensável a realização de vistorias presenciais, quantas se fizerem necessárias, com vistas a garantir o atendimento a todas as exigências e obrigações elencadas nesta contratação.

## 2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

Para fins de **qualificação técnico-operacional**, deverão ser apresentados:

- Registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, comprovando exercer atividade semelhante ao objeto. Caso a licitante tenha sede em outro Estado, deverá possuir visto do Conselho de Classe local quando da assinatura do contrato;
- Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, também abaixo indicado(s):
  - Engenheiro Mecânico: elaboração de projetos de sistemas centrais VRF/VRV e ventilação mecânica;
    - Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA comprovando a elaboração de Projeto de Sistemas Centrais de Ar Condicionado e Ventilação Mecânica, em edificação comercial ou pública.
  - Técnico em Edificações: Projetos de rede hidráulica para drenagem de condensado de sistemas de ar condicionado.
  - Técnico em Eletrotécnica: elaboração de projetos de instalações elétricas para sistemas centrais de ar condicionado.
  - Desenhista projetista: elaboração de projetos de sistemas de ar condicionado e ventilação mecânica.

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

- Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima indicados deverão ter vínculo profissional com a empresa;
  - Para fins deste Termo, o vínculo do profissional pode ser demonstrado da seguinte maneira:
    - sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
    - administrador ou o diretor;
    - empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social;
    - profissional com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura.

- Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Para fins da comprovação de aptidão, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
  - elaboração de projetos básicos e executivos de sistemas centrais de ar condicionado (VRF/VRV), em edificação comercial ou pública, com área de pelo menos 5.000,00 m².
  - A exigência de até 50% da quantidade da área a ser climatizada que se pretende contratar é devida à complexidade do objeto, tendo em vista as características dos edifícios e instalações existentes. Além disso, encontra amparo legal no artigo 67, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021 e no [ACÓRDÃO N. 2924/2019 - TCU - PLENÁRIO](#).

### 3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

Para fins de **qualificação técnico-profissional**, deverão ser apresentados:

- Comprovante(s) de registro do(s) profissional(is) no conselho competente, demonstrando que é detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, para fins de contratação, conforme consignado no inciso I do artigo 67 da Lei Lei n.º 14.133/2021.

#### G. Declaração de viabilidade

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico desenvolvido, declaro que a solução apresentada é viável de prosseguir e ser concretizada, pois:

- A necessidade apontada é clara e adequadamente justificada;
- Está alinhada com os objetivos estratégicos do órgão ou com os programas/atividades formalmente estabelecidas para a Unidade;
- As quantidades e demais exigências a contratar estão coerentes com os requisitos quantitativos e qualitativos que precisam ser atendidos para resolução da necessidade identificada.

#### H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP

Responsável pela elaboração: *(servidor da unidade requisitante)*

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: *(diretor)*

(19610948)

ANEXO III - CRONOGRAMA

(19610948)

ANEXO IV - CADERNO DE PREÇOS

(19611769)

ANEXO V - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

(20529968)



Documento assinado eletronicamente por **Soraya Maria Leal Yoshioka**, **Supervisor(a) de Seção**, em 14/05/2024, às 17:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nagella Mendes de Queiroz**, **Auxiliar Judiciário**, em 14/05/2024, às 17:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **20551049** e o código CRC **E47E1A89**.

---

---

Rua 19, nº 244 - Bairro Setor Central - CEP 74030-090 - Goiânia - GO - [www.trf1.jus.br/sjgo/](http://www.trf1.jus.br/sjgo/)

0010056-62.2023.4.01.8006

20551049v2